

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.603 - MG (2018/0280367-9)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MARIANA APARECIDA RIBEIRO DA CRUZ (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. RECORRENTE COM FILHA MENOR DE 12 ANOS. DESCUMPRIMENTO DA CONDIÇÃO IMPOSTA QUANDO DA CONCESSÃO DA PRISÃO DOMICILIAR. NOVA SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. IMPOSIÇÃO CONCOMITANTE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA.

Recurso em *habeas corpus* desprovido. **Ordem concedida de ofício, nos termos do dispositivo.**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **Mariana Aparecida Ribeiro da Cruz**, apontando-se como órgão coator o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que denegou a ordem em prévio *writ*, preservando a decisão do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da comarca de Pouso Alegre/MG, que determinou a prisão preventiva, ante o descumprimento das condições impostas quando da concessão da prisão domiciliar. Eis a ementa (HC nº 0800706-56.2018.8.14.0000- fl. 169):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - PRISÃO PREVENTIVA - REVOGAÇÃO - INVIABILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - GRAVIDADE CONCRETA - CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR - IMPOSSIBILIDADE - DESRESPEITO ÀS CONDIÇÕES IMPOSTAS QUANDO DA CONCESSÃO DESTES TIPO DE SEGREGAÇÃO - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. Evidenciada a gravidade concreta dos crimes em tese cometidos, diante, principalmente, da grande quantidade de entorpecentes apreendidos,

mostra-se necessária à continuidade da segregação provisória para a garantia da ordem pública. Tendo em vista que a paciente desrespeitou as condições que lhe foram impostas quando da concessão de prisão domiciliar, torna-se necessária a revogação dela e, conseqüentemente, a decretação da sua prisão preventiva, pois os requisitos desta estão devidamente preenchidos.

Neste Tribunal Superior, a recorrente sustenta, em síntese, que *inexistem fundamentos concretos que importem na prisão preventiva, tratando-se de meras suposições, sem qualquer embasamento fático e sem demonstrar verdadeiramente elementos que se subsumam aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal* (fl. 189).

Requer, ao final, *a concessão da ordem, para revogar a prisão e substituí-la por outras medidas cautelares diversas da prisão; permitir que a recorrente se defenda solta, até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória e, de eventuais recursos raros, para nossas cortes superiores; expedindo-se, por conseguinte, o alvará de soltura* (fl. 191).

Indeferi o pedido liminar (fls. 202/204).

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 206/214.

É o relatório.

De acordo com as reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade da restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

Na hipótese, ao manter a constrição cautelar da paciente o Tribunal de origem asseverou o seguinte(fl. 170/172):

Os documentos acostados aos autos noticiam que a paciente foi denunciada pela suposta prática dos crimes previstos no artigo 33, caput, c/c o artigo 40, III e VI, e no artigo 35, caput, c/c o artigo 40, VI, da Lei 11.343/06.

Conforme consta, policiais militares foram informados que o menor EGMG praticava o tráfico ilícito de entorpecentes na sua residência. Com

essa informação, os milicianos foram até o local e, após terem a entrada franqueada, encontraram um aparelho celular e R\$ 11,00 (onze) reais no quarto do adolescente e 101 (cento e uma) porções de maconha dentro de uma caixa d'água no terraço da casa.

Mediante autorização do adolescente, os policiais tiveram acesso às mensagens constantes em seu aparelho telefônico e constataram que o menor praticava o tráfico ilícito de entorpecentes juntamente com a paciente. Cabia à paciente o fornecimento das drogas ao jovem e ele era o responsável por guardá-las e vendê-las.

Portanto, é possível extrair dos autos que há prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria da paciente, conforme documentos de fls. 04/07, 12, 14/18, 27, 30/31 e 33/34-v.

Da prisão preventiva.

A prisão cautelar deve ser medida de exceção. Prevalecem os princípios constitucionais da presunção de inocência e a regra é a liberdade (artigo 5º, LVII e LXVI, da Constituição Federal), pelo que é necessário que qualquer prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória esteja fundamentada em motivos que a tornam indispensável, dentre os elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal.

Ao contrário do que alega a impetrante, não se verifica, neste momento, nenhum constrangimento ilegal. A decisão combatida está fundamentada na garantia da ordem pública (artigo 312 do Código de Processo Penal), principalmente em razão da gravidade concreta, evidenciada pela quantidade de droga apreendida. Ademais, os crimes têm penas abstratas superiores a 04 (quatro) anos de reclusão (artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal).

Com efeito, entendo que a quantidade de droga apreendida (292 gramas de maconha - laudo de constatação de droga de fl. 33) demonstra a gravidade concreta do delito, o que denota maior reprovabilidade da conduta. Ademais, conforme consta na exordial acusatória, a paciente praticou os crimes que lhe são imputados em concurso com menor de idade, o que denota a maior reprovabilidade da conduta.

Convém salientar que os Tribunais Superiores entendem que a quantidade da droga apreendida evidencia a gravidade concreta do crime em tese cometido e constitui fundamentação idônea para segregar cautelarmente o acusado, nos termos do seguinte acórdão:

[...]

Dessa forma, confirmam-se a gravidade concreta do fato e a necessidade do acautelamento do paciente, suficientemente fundamentado, não se verificando nenhuma ilegalidade na prisão preventiva.

Assim, a manutenção da prisão cautelar é medida que se impõe, nos termos dos artigos 312 e 313, I, do Código de Processo Penal, e são inaplicáveis as medidas alternativas à prisão, introduzidas pela Lei 12.403/2011, que não se mostram suficientes e adequadas para resguardar a ordem pública, vulnerabilizada pela gravidade concreta dos crimes, em tese, praticados pela paciente.

Como se vê, diversamente do que alega a parte recorrente, está presente na decisão guerreada fundamentação idônea suficiente a manter a prisão cautelar, consistente, sobretudo, na quantidade de droga apreendida e no concurso dos crimes que lhe são imputados com menor de idade, a revelar a gravidade concreta do fato e a necessidade da medida.

Contudo, a manutenção da prisão preventiva em detrimento da prisão domiciliar, ressalte-se, já deferida anteriormente à recorrente, deve ser analisada com razoabilidade.

De início, cumpre observar que o Supremo Tribunal Federal, em julgamento ocorrido no dia 20/2/2018, nos autos do HC n. 143.641/SP, concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar – sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal – de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças ou de deficientes sob sua guarda, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo n. 186/2008 e Lei n. 13.146/2015), relacionadas no referido processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, **excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelo juízes que denegarem o benefício.**

No mesmo julgamento, a ordem foi estendida, de ofício, às demais as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças ou de pessoas com deficiência, bem como às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições previstas no parágrafo acima.

Pois bem, no caso dos autos, o Tribunal *a quo* manteve a decisão

que, cassando a prisão domiciliar, determinou a preventiva, nos seguintes termos (fls. 172/174):

Sustenta a impetrante que a paciente não descumpriu as condições que lhe foram impostas e, por isso, o reestabelecimento da prisão domiciliar (anteriormente concedida pelo magistrado de primeiro grau) é medida que se impõe.

Entretanto, entendo que ela carece de razão.

Inicialmente, destaco que os requisitos e pressupostos da prisão preventiva estão presentes no caso, conforme já demonstrado. Assim, a concessão de prisão domiciliar somente deverá ocorrer em situações excepcionais, descritas no artigo 318 do Código de Processo Penal.

Conforme consta nos autos, o juiz de piso, quando dos primeiros requerimentos formulados pela autoridade policial e pelo representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, decidiu pela decretação da prisão domiciliar, pois estavam (estão) presentes os seus requisitos e pressupostos e a paciente é mãe de uma criança menor de doze anos (situação excepcional). Vejamos:

(...) com arrimo nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva, em razão do HC 143641, **EM CARÁTER DOMICILIAR**, de **MARIANA APARECIDA RIBEIRO DA CRUZ** (...) como garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, **dando-se ciência a ela, no ato do cumprimento do mandado, de que não poderá deixar os limites de sua residência, sob pena de decretação da prisão em regime fechado** (fl. 43) grifei.

Dessa forma, percebe-se que a paciente realmente fazia jus à prisão domiciliar.

Entretanto, conforme consta no documento de fls. 58/61, policiais militares viram a paciente dentro de um bar com uma criança no colo, motivo pelo qual a abordaram. Na oportunidade, eles descobriram que a paciente estava em gozo de prisão domiciliar e que ela descumpriu a única condição que lhe foi imposta: não se ausentar da residência sem prévia autorização judicial.

Por essa razão, o magistrado de primeiro grau, diante de novo requerimento do Ministério Público, revogou a prisão domiciliar da paciente e decretou sua preventiva. Vejamos:

Ocorre que, embora plenamente ciente da obrigatoriedade de permanência em seu domicílio, a investigada, no dia 27 de abril de 2018, foi avistada por policiais militares no interior do estabelecimento comercial denominado "Bar do Lampião" (...), na companhia de sua filha de aproximadamente 02 (dois) meses de idade, conforme Boletim de Ocorrência a f. 53/56.

Sendo assim, não há dúvidas de que a investigada descumpriu as condições impostas e contrariou o disposto no art. 317 do Código de Processo penal, razão pela qual revogo o benefício e decreto a prisão preventiva da Investigada Mariana Aparecida Ribeiro da Cruz (fl. 71).

Percebe-se que a decisão do magistrado foi acertada, pois a partir do momento em que restou demonstrado que a paciente desrespeitou o artigo 317 do CPP, a revogação da prisão domiciliar e a decretação da prisão preventiva é medida que se impõe, principalmente porque estão presentes os requisitos dos arts. 312 e 313 do CPP.

Na hipótese, embora a parte recorrente tenha desrespeitado a condição imposta no art. 317 do Código de Processo Penal, vale dizer, *recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial*, como já apontado anteriormente, tal fato precisa ser analisado com razoabilidade. O descumprimento deve ser avaliado em conjunto com as circunstâncias da causa e com a finalidade da medida (prisão domiciliar), também dirigida, na espécie, para a proteção das crianças que sofrem injustamente as consequências do cárcere.

Na hipótese, embora a parte recorrente tenha sido avistada em um bar, não se tem notícia de que ela estava praticando alguma conduta reprovável naquele momento (como a ingestão de drogas lícitas ou ilícitas). Deve-se observar, ainda, que o bar e a residência da recorrente estão localizados no mesmo bairro (fls. 40 e 77), fator indicativo de proximidade entre eles. Além disso, não há informações de que a própria prisão domiciliar, ou o descumprimento desta, tenha trazido algum transtorno à instrução processual, questões que, aliadas a pouca idade da filha da recorrente, aproximadamente 2 meses (fl. 77), revelam a possibilidade de manutenção da prisão domiciliar, mas com o acréscimo de um controle mais rigoroso e eficaz.

Assim, considerando as particularidades do caso e a possibilidade de substituir a preventiva pela prisão domiciliar, sem prejuízo de se aplicar concomitantemente medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, como decidiu o Supremo Tribunal Federal nos autos do HC n. 143.641/SP e em conformidade com o art. 318-B do Código de Processo Penal, incluído pela Lei 13.769/2018, entendo pertinente a imposição do monitoramento por meio de tornozeleira eletrônica, sem prejuízo de aplicação, pelo Magistrado singular, de outras medidas cautelares.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para determinar o retorno da paciente para a prisão

domiciliar, com o acréscimo da imposição do monitoramento por meio de tornozeleira eletrônica, e sem prejuízo da imposição, pelo Juiz de primeiro grau, de outras medidas cautelares.

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

